



João Feijó

Assimetrias Sociais

Pistas para Entender o Alastramento do
Jihadismo Islâmico em Cabo Delgado



João Feijó

Assimetrias Sociais

**Pistas para Entender o Alastramento do
Jihadismo Islâmico em Cabo Delgado**

Sobre o Autor

João Feijó é sociólogo e doutor em Estudos Africanos, tendo pesquisado sobre identidades, representações sociais, relações laborais e migrações em Moçambique. É coordenador do conselho técnico do Observatório do Meio Rural, onde coordena a linha de pesquisa sobre “Pobreza, desigualdades e conflitos”.

Arte da Capa

Obra de Abdula Naguib, intitulada “Monumento à Liberdade”. Publicado com a autorização do Centro de Documentação e Formação Fotográfica (FCF).

Aviso legal

Friedrich-Ebert-Stiftung
Gabinete Paz e Segurança Centro de
Competência África Subsariana
Point E, boulevard de l’Est, Villa n°30
P.O. Box 15416 Dakar-Fann, Senegal
Tel.: +221 33 859 20 02
Fax: +221 33 864 49 31
Email: info@fes-pscc.org
www.fes-pscc.org

© Friedrich-Ebert-Stiftung 2020

Design gráfico: Green Eyez Design SARL,
www.greeneyezdesign.com
Arte da Capa: Abdula Naguib

ISBN: 978-2-490093-17-5

“O uso comercial de todos os meios de comunicação social publicadas pela Friedrich Ebert Stiftung (FES) não é permitido sem o consentimento por escrito da FES. As opiniões expressas nesta publicação não são necessariamente as da Friedrich Ebert Stiftung.”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
DIVERSIDADE ETNOLINGUISTICA E PODER	06
Principais grupos etnolinguísticos em Cabo Delgado	06
Reconfiguração das relações de poder em Cabo Delgado	07
DESIGUALDADES SOCIO-ESPACIAIS E ETNOLINGUISTICAS	12
Disparidades no acesso à educação	12
Disparidades nas condições habitacionais	12
Posse de bens duráveis	14
Acesso a pensões de antigo combatente	14
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO NORDESTE DE CABO DELGADO	15
Acesso a negócios	15
Acesso a formação e emprego	16
Acesso a apoios de estado	19
UMA BASE SOCIAL DE APOIO?	22
CONCLUSÕES	24
BIBLIOGRAFIA	27

INTRODUÇÃO

Desde finais de 2017, a província de Cabo Delgado, no extremo Norte de Moçambique transformou-se num palco de violentos conflitos armados. Se nos primeiros meses o conflito esteve confinado às zonas da costa – maioritariamente islâmicas e caracterizadas por um longo historial de exclusão – nos anos seguintes assistiu-se a uma maior capacidade de penetração para o interior e para Sul. A partir de 2020, com o ataque e ocupação de quatro sedes distritais e perante a ameaça à capital provincial Pemba, o conflito passou a merecer maior atenção por parte da media internacional.

Na tentativa de explicação do conflito emergiram diversas hipóteses. Focando os aspectos internos do conflito, foram considerados fenómenos de pobreza e de frustração de expectativas sociais relacionadas com a exploração de recursos naturais, sobretudo entre a juventude local, consolidando-se uma economia extractivista, sem relação com o tecido económico local e pouco geradora de emprego. Por outro lado destacaram-se os históricos conflitos etnolinguísticos na região, sobretudo entre os povos da costa e do interior. Outras abordagens enfatizaram as dimensões internacionais do conflito, nomeadamente o relacionamento com células terroristas da África Oriental; ou com a confluência de diversos interesses económicos no Canal de Moçambique, relacionados não só com o controlo de um corredor energético, mas também de rotas ilegais de droga, madeiras e marfim.

Nesta contribuição para a Security Series João Feijó reflete sobre os aspectos internos que estão na origem das tensões militares no

Nordeste de Cabo Delgado, relacionados com fenómenos de pobreza e de assimetria socioeconómica, mas também com a reconfiguração de relações de poder entre grupos etnolinguísticos. Argumenta que

No estudo demonstra-se a existência de uma pobreza generalizada na província de Cabo Delgado, transversal a todos os grupos etnolinguísticos, não obstante nos centros urbanos e no planalto maconde se registarem, ligeiramente, melhores condições habitacionais e acesso a determinados bens de consumo.

A chegada ao poder de um presidente maconde coincidiu com uma maior afirmação do Estado no controlo de recursos naturais (nomeadamente pedras preciosas, mas também madeira e marfim) interrompendo circuitos económicos locais. A situação reforçou discursos de vitimização e de denúncia do processo de captura do Estado por parte de grupos étnicos específicos. Esta situação fez reemergir ressentimentos históricos das populações da costa, habilmente capitalizadas por grupos radicais islâmicos, que encontraram ali uma importante base social de apoio. Contudo, a elevada diferenciação social existente entre a própria sociedade maconde, a presença de jovens macondes entre os grupos de insurgentes e o alargamento da respectiva acção para zonas do planalto obriga-nos a tecer as devidas reservas em relação à importância da etnicidade na explicação dos conflitos.

Amplamente desintegrado do resto do território nacional, durante décadas, o extremo Norte de Moçambique registou baixos níveis de investimento público, elevados índices de pobreza e de analfabetismo. Contudo, a partir

do novo milénio, Cabo Delgado mereceu uma maior atenção em virtude do crescente interesse por recursos naturais, nomeadamente madeira e marfim, pedras preciosas e, mais recentemente, gás natural. O investimento em capital intensivo não é gerador de emprego e apresenta poucas relações com o tecido económico local. As poucas oportunidades de emprego qualificado são maioritariamente absorvidas a partir do exterior, pelo que os investimentos têm pouco impacto na redução da pobreza local, gerando desigualdades e conflitos de terras.

A partir de finais de 2017, o Nordeste da província transformou-se num palco de violentos conflitos. Um grupo de insurgentes armados, composto maioritariamente por jovens locais, com ligações à Tanzânia e Quênia, desencadearam um conjunto de ataques em zonas da costa, de maior concentração islâmica. Nos anos seguintes o conflito foi-se tornando mais violento, alastrando-se para o Sul e interior da província. Na cúpula da Southern African Development Community (SADC) de Maio de 2020 o presidente Moçambicano admitiu a gravidade do problema recorrendo, pela primeira vez, ao conceito de “terrorismo” para os ataques em Cabo Delgado.

Se a tese de agressão externa por parte de grupos radicais islâmicos ganhou força no seio do poder governamental, assim como de grupos económicos associados à indústria securitária, outras abordagens enfatizaram as contradições socio-económicas existentes na província, marcada pela pobreza, por desigualdades e por contradições entre grupos étnicos rivais. As reconfigurações das relações de poder na província terão conduzido a sentimentos de (auto)-exclusão, habilmente capitalizados por líderes locais e nacionais.

Este artigo pretende reflectir em torno do nível de pobreza e de desigualdade existente entre os diversos grupos etno-linguísticos da província, procurando aferir até que ponto podem estar na base do conflito actual. Neste sentido entrevistaram-se 94 indivíduos nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia, Macomia, Muidumbe e Montepuez (macuas, macondes, muânis e mácués) procurando-se compreender que representações constroem sobre os diferentes grupos etnolinguísticos na província, em termos de acesso a negócios, emprego e rendimentos, assim como apoios do Estado. Ao longo do texto procura-se compreender os factores socioeconómicos que podem conduzir à aderência (directa ou indirecta) de populações locais a grupos violentos.

DIVERSIDADE ETNOLINGUÍSTICA E PODER

O conceito de etnicidade é, geralmente, utilizado para definir grupos com características linguísticas comuns, que partilham as mesmas crenças religiosas, com uma história partilhada e costumes comuns. Contudo, o conceito de etnicidade é bastante mais complexo por vários motivos. Em primeiro lugar, em virtude de experiências migratórias, contactos interculturais e casamentos, estas características culturais estiveram, historicamente, em transformação, aumentando a diversidade dentro dos próprios grupos. Longe de assumir uma dimensão essencialista, as identidades são, frequentemente, complexas e contraditórias, incluindo elementos de diferentes culturas. Por outro lado, as identidades étnicas constituem conceitos estratégicos, auto-apresentadas pelos indivíduos em função das vantagens que daí esperam obter, mas também politicamente manipuladas em função das disputas de interesses das diferentes elites dirigentes. É por este motivo que as identidades étnicas são, sobretudo, construídas por oposição a um outro, geralmente entendido como ameaça, sobretudo em períodos de maior competição pelo acesso a recursos de poder. A consciência de pertença a um mesmo grupo não constitui um aspecto natural, mas socialmente construído, (re)transformado, ao longo do tempo, em função de dinâmicas político-económicas específicas, frequentemente manipulado por elites em competição.

Principais grupos etnolinguísticos de Cabo Delgado

Apesar da existência de inúmeros grupos etnolinguísticos, a província de Cabo Delgado é, geralmente, associada à presença de três grupos

maioritários, nomeadamente macuas, macondes e muanis.

Constituindo o *Emakhuwa* a língua materna de 67,1% da população da província (no censo de 2007), este grupo etnolinguístico constitui o mais numeroso em Cabo Delgado¹. Englobando inúmeros subgrupos, o grande grupo Macua-Lomué predomina no Norte da Zambézia, na província de Nampula, Centro e Sul de Cabo Delgado e zona Leste de Niassa. Trata-se de um grupo heterogéneo, maioritariamente associado à religião islâmica nas zonas costeiras, mas com forte penetração cristã no *hinterland*. O grupo macua é, tradicionalmente, associado à linhagem matrilinear, ainda que tenha sofrido profundas transformações nos períodos recentes (Osório, 2006; Casimiro, 2008).

Em segundo lugar, o *Shimakonde* aparecia, no censo de 2007, como a língua materna de 20% da população de Cabo Delgado, concentrada no planalto de Mueda (prolongando-se pelo Sudeste da Tanzânia), e com presença notória no litoral Norte de Cabo Delgado, e em centros de presença militar, como Montepuez, Pemba, Nampula ou Maputo. Trata-se de um grupo maioritariamente cristão (ainda que, por via de casamentos mistos, existam mulheres macondes convertidas ao islão, particularmente na costa), cuja actividade económica principal é a agricultura, complementada com a pecuária.

Em terceiro lugar, e representando 5,9% da população da província, o grupo *Mwani* (falante de kimuani) predomina ao longo da costa de Cabo Delgado a norte de Pemba, do Ibo até ao rio Rovuma, assim como nas diversas ilhas do arquipélago das Quirimbas. Maioritariamente

¹ Referimo-nos à população que, no inquérito censitário, apresentou o Emakhuwa como língua materna

islâmico, trata-se de um grupo que se dedica fortemente à pesca (que conjuga com a pequena agricultura de subsistência alimentar), assim como actividades comerciais.

O censo de 2007 refere o português como língua materna de 3,4% da população. O *Kiswahili* surge como a língua materna de 1,1% dos inquiridos, tratando-se de um grupo fortemente composto por cidadãos tanzanianos, concentrado no planalto Maconde e no litoral Norte de Cabo Delgado. Apesar de não aparecer referido no censo, em Palma, Quionga e ao longo do rio Rovuma sobressai, ainda, o grupo etnolinguístico *Makwe* que, em 1993, aparecia estimado em 20.000 a 30.000 indivíduos. Maioritariamente islâmicos, todos os homens aparentam falar *kiswahili*, sendo que a maioria das mulheres o entendem. A maioria fala também *shimakonde* (Garcia (2005: 68).

De forma a evitar conclusões essencialistas, importa destacar quatro aspectos:

1. estes grupos linguísticos apresentam variantes locais, mais ou menos entendidas entre si, mas são, geralmente, agrupados na mesma família linguística;
2. a utilização de uma língua materna e a identificação com o respectivo grupo etnolinguístico, não invalidam que grande parte da população seja falante de outros idiomas, sendo essas competências linguísticas um factor de integração socioeconómica em cenários interculturais;
3. os múltiplos movimentos migratórios – espontâneos ou forçados (durante a escravatura e regime de trabalho obrigatório, de constituição de aldeamentos coloniais e aldeias comunais, de experiências em campos de reeducação ou na Operação Produção) – e os casamentos intergrupais tenderam a complexificar as pertenças identitárias, não

obstante continuarem a ser exacerbadas em contextos de maior competição pelo acesso a recursos de poder escassos;

4. a existência de especificidades etnolinguísticas não invalida a existência de uma grande diversidade económica e cultural dentro de cada um desses grupos. A título de exemplo, se é verdade que o islão representa um aspecto importante na formação das identidades das populações da costa, a emergência de diferentes correntes do islão, decorrentes de disputas internas pelo poder (Bonate, 2007) não deixa de ser geradora de discursos de alteridade no seio dos respectivos grupos. Da mesma forma, a população makonde constituiu um grupo fragmentado, em termos políticos ou socio-económicos, realizando-se distinções entre os makondes do planalto ou da planície ou entre clãs.

Por estes motivos, os grupos etnolinguísticos em questão não devem ser entendidos de forma estanque, mas dinâmica, em constante transformação, repleta de mestiçagens, com traços frequentemente contraditórios, como é característico de qualquer identidade.

Reconfiguração das relações de poder em Cabo Delgado

Ao longo dos últimos dois séculos, a província de Cabo Delgado tem assistido a um conjunto de transformações político-económicas, que se traduziram em reconfigurações das relações de poder na região.

a. O tempo colonial

Durante o tempo colonial, o aumento das necessidades de mão-de-obra para as plantações nas ilhas do Índico exerceu profundas transformações no Norte de Moçambique. A procura de traba-

lhadores despoletou um aumento do tráfico de escravos, formando-se caravanas para captura de homens e mulheres adultas, particularmente nas zonas do interior. As populações suaílis da costa encontraram no comércio de escravos (particularmente com o exterior, nomeadamente com árabes e portugueses) uma lucrativa oportunidade de negócio, conjugada com a navegação, a pesca e alguma agricultura e artesanato (Capela e Medeiros, 1987: 112). O domínio do suaíli, utilizado na costa como língua franca (Rocha, 1999: 32; Liesegang, 1999 37-38), constituía uma importante vantagem económica para os povos do litoral, nas suas relações comerciais com o Índico.

A intensificação da captura de escravos foi geradora de amplos movimentos migratórios, durante os quais diversas populações da bacia do Rovuma se refugiaram no planalto Maconde, onde fixaram assentamentos independentes e fortificados, com reduzida concentração populacional (Dias, 1964: 59-61). No planalto, os grupos dispersos realizavam ataques para captura de escravos e posterior comercialização, e para obter armas e pólvora, para protecção e aumento do poder (Dias, 1964: 79; West, 2004: 26-27). Em finais da década de 1950, Jorge Dias (1964: 79) constatava que os Macondes olhavam os Macuas com sobrançeria, *“como povo que nunca temeram e que serviu de pasto para as suas razias e incursões para apanhar escravos”*, mulheres e prestígio. Neste processo, o grupo foi-se tornando conhecido pela sua agressividade, passando a ser depreciativamente designado de Mavia, significando pessoa nervosa ou violenta, particularmente quando provocada (Dias, 1964: 65; West, 2004: 25; Israel, 2006: 116).

No início do séc. XX, com a descoberta de ouro no Transval e a passagem da capital administrativa para Lourenço Marques, grande parte do investimento público passou a concentrar-se no extremo Sul de Moçambique, conduzindo à es-

tagnação ou decadência de grupos socioeconómicos do Centro e Norte da colónia. A implantação da administração colonial foi diminuindo o poder político das chefias afro-islâmicas, tendo alguns sido transformados em agentes de colonização (Rocha, 1999: 30).

A partir da década de 1940, a implementação de projectos económicos coloniais exerceu um profundo impacto sobre as populações do Norte de Moçambique. A construção de sedes administrativas, estradas, caminhos-de-ferro e cidades ferro-portuárias só foram possíveis à custa de práticas de trabalho obrigatório (chibalo), que envolveram dezenas de milhares de africanos. Paralelamente, assistiu-se à imposição de culturas obrigatórias de algodão, com profundas implicações socioeconómicas sobre as populações locais (Isaacman, 1992 e Hedges, 1999). Estes fenómenos despoletaram movimentos migratórios para o Tanganica, facilitados pela proximidade etnolinguística e pelas melhores condições de trabalho nas machambas inglesas, assim como acesso a bens de consumo (Dias, 1964). No país vizinho as populações tiveram contacto com o movimento independentista de Julius Nyerere e, na diáspora, um grupo de macondes formou o MANU, com o objectivo de melhoria das condições dos residentes de Cabo Delgado (Hedges, 1999: 249).

A realização da concordata entre Estado português e a Igreja Católica, a imposição do catolicismo no ensino oficial e a proliferação de missões católicas pelo meio rural e a desconfiança em relação ao Islão despoletaram sentimentos de discriminação entre as populações muçulmanas. As relações históricas pré-coloniais das populações islâmicas com outras regiões do Índico tornavam-nas informadas acerca das mudanças políticas na região. Por esse motivo, os líderes islâmicos do Norte de Moçambique (essencialmente macuas e muanis) foram considerados com nítida

desconfiança pelas autoridades coloniais. O processo de independência da Tanzânia redobrou a atenção dos serviços secretos portugueses relativamente aos líderes religiosos islâmicos, com estreito contacto com o país vizinho, assim como à proliferação de mesquitas e madraças, que tornavam a população potencialmente exposta a ideais independentistas (Alpers, 1999: 171). Administradores coloniais impuseram limitações à criação de madraças ou do ensino islâmico, ordenaram o encerramento de mesquitas ou a queima de símbolos islâmicos, entre outras arbitrariedades (Macagno, 2006: 186). Diversos líderes islâmicos acabaram detidos pela polícia política portuguesa PIDE e encarcerados em prisões em Pemba ou no Ibo, onde alguns acabaram por morrer (Alpers, 1999: 175; Macagno, 2006: 184). A discriminação institucional dos muçulmanos tornou-se evidente ao nível do ensino oficial, onde o islão era depreciativamente considerado. A par do protestantismo, do comunismo e do nacionalismo africano, o islamismo era visto como uma das ameaças à presença portuguesa em África (Alpers, 1999: 163).

A imposição de guias de marcha ou de trabalho obrigatório às sextas-feiras, impedindo a ida às mesquitas e interrompendo tradições seculares, geravam descontentamento entre as populações islâmicas, levando muitos indivíduos a aderir aos movimentos independentistas que emergiam no exílio (Macagno, 2006: 183-187; Bonate, 2013: 59). Contudo, ainda que contasse com uma importante base de apoio de muçulmanos macuas residentes em Zanzibar, muitos demonstravam resistências de adesão ao MANU, considerado como um grupo sobretudo de macondes e católicos (Macagno, 2006: 191; Bonate, 2013: 61). No seio dos grupos independentistas (MANU e, mais tarde, a FRELIMO), o Islão representava um elemento polarizador de divergências, não faltando críticas relativamente aos líderes da FRELIMO, considerados assimilados, do Sul,

cristãos e com uma atitude anti-islâmica (Cahen, 2000). A grande preocupação de muitos macuas refugiados em Zanzibar era que a independência significasse o exercício da sua muçulmanidade (Macagno, 2006: 192).

A fundação da FRELIMO e o início da luta de libertação desencadearam estratégias coloniais de aproximação e cooptação das lideranças islâmicas, procurando integrá-las numa ideia de nação portuguesa plurirracial e plurirreligiosa, numa tentativa de evitar o seu apoio ao movimento de libertação.

Com vista a impedir o contacto da população macua com a Frelimo, a Sul do rio Messalo foram constituídos diversos aldeamentos coloniais, onde concentrou uma importante fatia da população macua, expondo-a à propaganda colonial. Neste contexto, grande parte das acções da Frelimo estiveram concentradas no planalto makonde, retirando proveito da proximidade com a Tanzânia, da tradição guerreira dos povos makondes e da sua familiarização com ideais de independência e liberdade, oriundos do país vizinho.

b. Do pós-independência à actualidade

O envolvimento massivo da população maconde com a FRELIMO fez deste grupo etnolinguístico um dos grandes beneficiados da luta de libertação nacional. Essa experiência colectiva transformou, profundamente, a sociedade maconde, ao nível da unificação dos diferentes subgrupos e de formação de uma consciência nacional (sob liderança da FRELIMO); ao nível dos seus padrões de residência (de assentamentos separados e dispersos, para projectos modernistas em aldeias comunais); e ao nível do aumento de oportunidades de educação, formação militar e internacionalização, abrindo os horizontes dos indivíduos (Israel, 2006: 117). De um grupo circunscrito ao planalto ou refugiado na Tanzânia, com a independência

nacional, os macondes emergem na hierarquia de poder, do prestígio e reconhecimento político e social, quer em termos sociogeográficos (ocupando bairros nobres e militares nas cidades importantes do país) e económicos (accedendo a cargos importantes nos sectores da defesa e segurança). Em termos culturais, assistiu-se à valorização das suas esculturas e máscaras, destacadas como símbolos de luta anticolonial, assim como à manutenção dos seus ritos de iniciação, não obstante o discurso oficial de condenação do que se designava de tribalismo ou obscurantismo.

Durante o entusiasmo revolucionário proliferaram discursos e práticas anti-religiosas que dinamizaram narrativas acerca da relação negativa da Frelimo com a Igreja católica (que exerceu um importante papel de apoio ao regime colonial), mas também com os muçulmanos. O ressentimento das populações em relação a políticas anti-religiosas não deixou de ser habilmente capitalizada pela Renamo, que procurou construir a partir daí uma base social de apoio, inclusive entre grupos islâmicos. Na sequência da intensificação do conflito militar com a Renamo, e enquadrada numa nova política diplomática de boa convivência, em inícios da década de 1980, assistiu-se à aproximação do Governo às várias organizações religiosas. Neste processo, Abubacar Ismail Mashirá, presidente do recém-formado Conselho Islâmico de Moçambique, com uma preocupação unificadora e politicamente controladora das populações muçulmanas, apresentou a Samora as suas dificuldades de relacionamento com as confrarias do Norte de Moçambique, em resultado da tolerância que as mesmas gozaram durante o governo colonial. Adaptando habilmente o seu discurso às estratégias unificadoras e nacionalistas da Frelimo², Abubacar assegurava condições mais favoráveis para o ensino do Islão em Moçambique (garantindo melhores condições para que jovens moçambicanos estudassem em países árabes, na obtenção de vistos de professores estrangeiros

ou na construção de mesquitas) reforçando, ao mesmo tempo, o poder do Conselho Islâmico de Moçambique num contexto de divisões religiosas (Macagno, 2006: 218).

Neste cenário, assiste-se a um processo de recomposição política no seio das comunidades islâmicas de Moçambique, onde as confrarias do Norte e os seus chefes tradicionais, perderam legitimidade em relação às novas lideranças urbanas, que se passam a apresentar como que na vanguarda da comunidade islâmica em Moçambique (Macagno, 2006: 221; Bonate, 2007: 143), formando-se uma aliança entre o Estado e os líderes muçulmanos dos grupos urbanos do país.

A realidade é que o Islão constituiu um espaço disputado pelos agentes políticos em confronto. Durante a guerra dos 16 anos, os ataques protagonizados nas zonas baixas do sudeste do planalto foram, sobretudo, protagonizados por indivíduos macuas da Renamo, oriundos do Sul da província, gerando-se violentas retaliações de milícias macondes (Adam, 1993: 69; Israel, 2006: 108-109). Da mesma forma, os resultados das eleições gerais de 1994 a 2009 mostram um persistente, embora decrescente, apoio das populações do litoral Norte de Moçambique (maioritariamente *mwani* e precisamente onde se situam as principais confrarias) à Renamo. Não obstante a Frelimo vir aumentando a percentagem de votos nas zonas da costa, a realidade é que os bons resultados eleitorais da oposição em postos administrativos, como Olumbi, e Palma Sede e Quionga (distrito de Palma); de Mbau (distrito de Mocímboa da Praia), de Mucojo (distrito de Macomia) de Bilibiza, Mahate e Quissanga Sede

2 No seu encontro com o Presidente de Moçambique e adoptando uma linguagem samoriana, Abubacar Ismail Mashirá citou o profeta Maomé, segundo o qual “amar a pátria faz parte da crença”, conquistando, desta forma, a confiança de Samora Machel.

(distrito de Quissanga) contrastam com as vitórias retumbantes da Frelimo no planalto maconde, maioritariamente católico, nomeadamente nos distritos de Mueda, Muidumbe e Nangade.

Na realidade, os períodos eleitorais constituem momentos de tensão entre macondes e muanis, sendo o distrito de Muidumbe, maioritariamente maconde, famoso por actos de violência cometida contra apoiantes da Renamo (Israel, 2006: 108-110), com relatos de expulsão de populações mwanis de zonas baixas do distrito. Em Setembro de 2005, a vila de Mocímboa da Praia constituiu palco de violentas manifestações, das quais resultaram, pelo menos, 12 mortos e 30 detenções, na sua totalidade apoiantes da Renamo (Mbanze, 20.11.2006). Entrevistas, realizadas por Habibe et al. (2019) a jovens muanis, revelam sentimentos de exclusão de recursos de poder (empregos, rendimento e subsídios) que limitam as suas possibilidades de consumo e de reprodução social, em benefício de populações macondes.

Em Outubro de 2019, durante a campanha para as VI eleições presidenciais, vestido de turbante e cofió, numa viatura 4x4, o candidato da Renamo Ossufo Momade foi seguido por um “*exército de jovens, adultos e crianças*” que cantavam, na língua local, “*Frelimo é que trouxe o Al-Shabab*”. Um outro refrão, “*que durou cerca de trinta*

minutos, enquanto percorriam as artérias da vila [de Mocímboa da Praia] e com Ossufo Momade a acenar”, era o seguinte: “*Não fique enganado, a Frelimo é que está a cortar garganta e testículos para vender para o estrangeiro*” (Canal de Moçambique, 09.10.2019: 2). Este episódio despoletou o regresso do candidato Filipe Nyusi a Mocímboa da Praia, onde organizou um comício em reacção ao anterior. Estes dois episódios são reveladores das sobreposições de assuntos políticos sobre as tensões etnolinguísticas locais.

Se é verdade que o amplo envolvimento dos macondes com a Frelimo e os benefícios sociopolíticos daí resultantes tiveram, como consequência, a incorporação da lealdade para com o partido na própria identidade de uma geração de macondes (Israel, 2006: 123), verificam-se novos posicionamentos entre os mais novos em relação ao partido no poder. Confrontados com o contraste entre uma Frelimo mitificada e as inúmeras dificuldades diárias, muitos jovens expressam, hoje, de forma aberta, o seu descontentamento em relação à falta de oportunidades de emprego ou de acesso ao ensino, assim como deficiências do sistema de saúde. Em Muidumbe, durante as eleições de 2019, foram observadas caravanas de jovens, vestindo camisetas da Renamo ou do MDM (cenário impensável em eleições anteriores), não obstante ameaças às respectivas famílias de suspensão de pensão de antigo combatente.

DESIGUALDADES SOCIO-ESPACIAIS E ETNOLINGUÍSTICAS

Uma representação largamente partilhada no Norte de Moçambique, sobretudo entre a população mwani (Bonatte, 2002, Santos, 2010), relaciona-se com a existência de diferentes oportunidades etnolinguísticas de acesso à riqueza, que se consubstanciam em desigualdades étnicas e que desafiam a integração socio-política do território ou a construção de uma identidade nacional. Os dados dos Censos de 2017 fornecem-nos informações acerca de um conjunto de indicadores de desenvolvimento e bem-estar – como acesso a educação, condições habitacionais, energia, inclusão financeira ou bens de consumo –, quer em termos geográficos, quer em termos etnolinguísticos.

Disparidades no acesso à educação

Como toda a região Norte de Moçambique, a província de Cabo Delgado contrasta com o Sul do país pela maior incidência da taxa de analfabetismo. No seio da província constata-se uma maior homogeneidade, ainda que as áreas mais integradas nas zonas urbanas (em torno dos municípios de Montepuez, Mueda e Mocímboa da Praia), onde os índices de analfabetismo são inferiores a 40% contrastem com a região Sudoeste da província ou do distrito de Palma, onde as taxas de analfabetismo ultrapassam os 70%.

Analisando o acesso à escolaridade por grupo etnolinguístico não se constata diferenças significativas. A percentagem de população alfabetizada é superior entre macuas (71%) e macondes (65%) e ligeiramente menor entre suaílis (63%) e muanis (62%), mas não apresenta grandes diferenças. A homogeneidade é também notória quando comparamos a população que concluiu

o ensino secundário por grupo etnolinguístico, não se registando variações relevantes entre macuas (21%), macondes (18%) e muanis (17%).

Disparidades nas condições habitacionais

Ao nível das condições habitacionais não foram constatadas assimetrias socio-geográficas significativas, nomeadamente em termos de saneamento, materiais de construção utilizados ou acesso a energia. Na verdade, os resultados revelam problemas significativos de acesso a saneamento em toda a província, sendo que, em grande parte do território (sobretudo nas zonas afastadas dos centros urbanos), mais de 70% da população não tem latrina ou tem latrina não melhorada. Trata-se de uma realidade que afecta todos os grupos etnolinguísticos, com maior destaque para a população que tem o suaíli como língua materna (73%), seguindo-se a maconde (63%), muani (62%) e macua (53%).

Em termos de materiais utilizados para a cobertura do telhado (um importante indicador utilizado), constata-se um contraste entre determinadas áreas do planalto maconde, assim como das áreas urbanas (Mocímboa da Praia, Ibo, Pemba e Montepuez), com o Sul da província e algumas zonas do litoral. Contudo, uma análise em função da língua materna dos inquiridos relativiza qualquer relação directa entre grupo etnolinguístico e características habitacionais: 70% dos macuas detêm cobertura da casa com material convencional, contra apenas 62% dos macondes e 55% dos muanis. Os resultados revelam a existência de fortes desigualdades entre os próprios grupos etnolinguísticos, em função de linhagens, de facilidade de acesso a recursos naturais (terras, níveis de escolaridade, entre outros factores).

Gráfico 1: Taxa de analfabetismo por grupo etnolinguístico (2017)

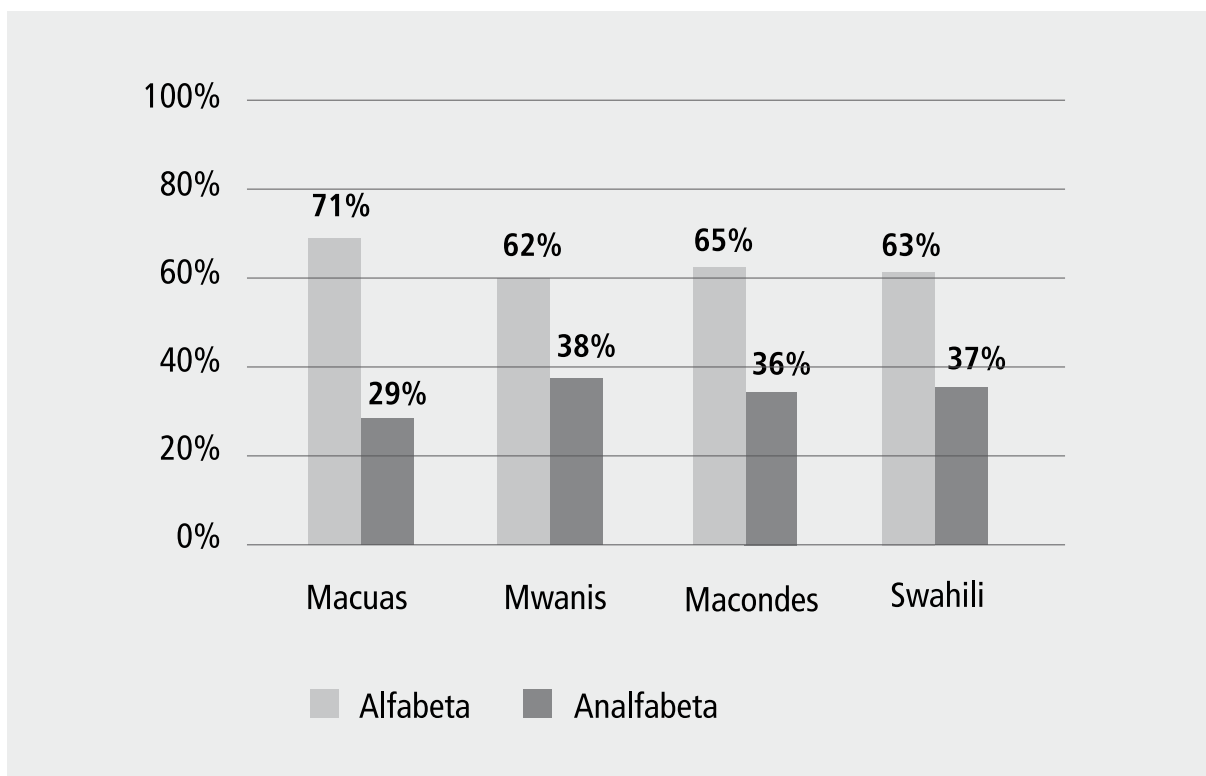
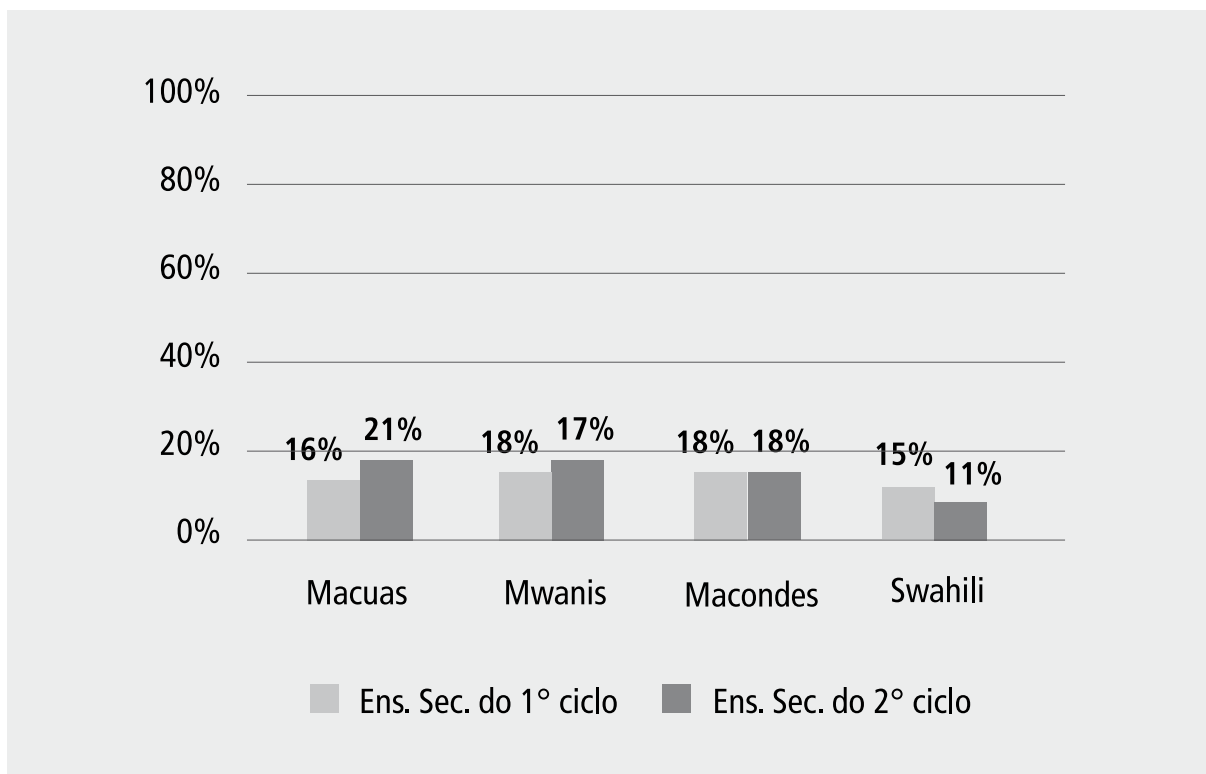


Gráfico 2: Percentagem de população que conclui o ensino secundário por grupo etnolinguístico (2017)



Posse de bens duráveis

Relativamente à posse de bens duráveis e considerando a posse de telemóvel, constata-se que o litoral e Norte da província (com taxas de penetração do telemóvel acima de 30%), se destacam ligeiramente da zona central e Sul de Cabo Delgado, onde a posse de celular diminui abaixo de 20%. Da mesma forma, em áreas urbanas (municípios de Pemba, Mueda e Montepuez), assim como Quionga (no Norte do distrito de Palma), a taxa de detenção de telemóvel ultrapassa 40%. Analisando esta dimensão de bem-estar por grupo etnolinguístico, constata-se uma forte homogeneidade, com todos os grupos a apresentarem valores entre 30% e 34%.

Analisando a percentagem da população com acesso a conta bancária, constatam-se níveis generalizados de exclusão financeira, em todas os postos administrativos da província e em todos os grupos etnolinguísticos. O nível de bancarização é ligeiramente mais elevado apenas nas zonas urbanas, mais integradas nos mercados, nomeadamente nos municípios de Pemba e de Montepuez

Acesso a pensões de antigo combatente

A maior disparidade identificada na província relaciona-se com o nível de acesso a pensões de antigo combatente. Analisando a distribuição por distrito do número de pensionistas de antigo combatente, juntando os da luta de libertação nacional, de soberania e pensão de sobrevivência, permite constatar que os beneficiários estão particularmente concentrados no Norte de Cabo Delgado, com especial incidência no planalto dos macondes - nomeadamente no distrito de Mueda (com 4.112 beneficiários), em Muidumbe (com 3.264 beneficiados) e Nangade – ou em distritos de forte presença maconde (Macomia, Mocímboa da Praia e Pemba) Esta realidade contrasta com o extremo Sul da província, onde o nível de beneficiários é comparativamente residual. Estes resultados revelam uma forte concentração de determinados subsídios do Estado em trono de grupos etnolinguísticos específicos (nomeadamente macondes), potenciando a emergência de discursos de auto-exclusão por parte das populações da costa e do Sul da província (maioritariamente islâmicas, muânis e macuas).

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO NORDESTE DE CABO DELGADO

Os discursos das populações sobre os outros traduzem as suas representações sociais da realidade, que exprimem não só os seus sistemas de valores, mas também os seus receios, expectativas e experiências de relacionamento com os outros. Muitas destas representações sociais são transmitidas de geração em geração, assumindo um carácter mais duradouro e enraizado nas suas crenças. Na linha de Bourdieu (1979), a forma como os indivíduos classificam os outros constitui um óptimo mecanismo de compreensão dos próprios indivíduos, nomeadamente dos seus percursos de vida, acesso a recursos de poder, expectativas e formas de relacionamento. Neste sentido, a análise dos discursos dos diversos grupos etnolinguísticos em Cabo Delgado contém inúmera informação sobre a forma como são entendidas as desigualdades sociais na província. Neste sentido é importante analisar a forma como os diferentes indivíduos representam a distribuição de recursos de poder na província, nomeadamente em termos de acesso a negócios e rendimentos, a formação e empregos, assim como a apoios do Estado.

Acesso a negócios

Quando se fala em oportunidades de acesso a negócios, todos os grupos etnolinguísticos são representados, no geral, de forma positiva, ainda que nem todos por igual. De facto, a maioria dos discursos tende a enfatizar, espontaneamente, o carácter privilegiado de cidadãos estrangeiros, das mais diversas nacionalidades: das 242 referências a facilidades de acesso a negócio, cerca de metade (122) referia-se a cidadãos estrangeiros. A esmagadora maioria (99%) das referências relativamente ao acesso a negócios de estrangei-

ros em Cabo Delgado enfatiza, precisamente, o respectivo sucesso. Os discursos não deixam de referir a existência de oportunidades secundárias aproveitadas por cidadãos nacionais, frequentemente por imitação de cidadãos estrangeiros. Segundo os entrevistados, ao longo da última década, registaram-se importantes mudanças em Cabo Delgado, das quais todos os grupos sociolinguísticos foram retirando oportunidades, ainda que com diferentes níveis de sucesso.

Os discursos sobre estrangeiros fazem referência a cidadãos do continente africano (tanzanianos, nigerianos e somalis), ao nível de constituição de pequenas lojas de produtos alimentares, utensílios, produtos electrónicos ou de peças de viaturas, negócios de transporte ou compra e venda de pedras preciosas), e asiáticos (nomeadamente chineses envolvidos nos negócios madeireiros, ou tailandeses envolvidos no comércio de pedras preciosas), e ainda a cidadãos de origem europeia (no âmbito dos projectos de gás ou turismo). Dos estrangeiros, considera-se que detêm vantagens decisivas, relacionadas com contactos internacionais, acesso a capital, a conhecimento, experiência e iniciativa, o que lhes confere uma vantagem decisiva, pelo menos por comparação com cidadãos nacionais.

O grupo muani foi associado, por todos os grupos, a actividades pesqueiras, a negócios de compra e venda ou transporte de mercadorias. Ainda que se constate a existência de mudanças, o grupo é considerado herdeiro da tradição comercial árabe na costa, com estreitos contactos com a Tanzânia, com abandono precoce da escola e dedicação a actividades geradoras de rendimento, conduzindo ao desenvolvimento de competências comerciais desde tenra idade.

- *“No meu ver, os Mwanis sabem fazer negócio; eles, desde muito tempo, vendem peixe, baldes e mais coisas; eles sabem fazer bons*

negócios. (...) Pelo meu ver, eles entendem negócio mais porque convivem com estrangeiros, como Tanzanianos ou mesmo Indianos; é daí, onde aprendem e tiram proveito disto; eis a razão de entenderem negócio. (...) Isto é de longa data, mesmo, o Mwani entende bem negócio” (Macua de Montepuez, 27 anos).

- *“mas os que começaram a ser ricos, conhecer dinheiro, são os muanis porque, quando os brancos vieram, estavam juntos; foi daí, onde começaram a conhecer negócio; então, nós viemos aproveitar nestes últimos tempos”* (Macua de Macomia).
- *“os muanis têm melhores negócios porque eles conseguem fazer viagens à procura de mercadorias. Por exemplo, um muani que vive em Mocimboa, ele consegue vir a Montepuez para fazer compras das suas mercadorias (caldo, massas, arroz) e, quando vem, também traz consigo peixe seco, polvo, capulanas vindos de Tanzânia para vender aqui”* (Macua de Montepuez).

A população maconde constituiu o grupo menos associado a actividades comerciais, particularmente nos distritos da costa, onde a sua participação no comércio é, comparativamente, pouco significativa. Este fenómeno aparece justificado por dois factores. Por um lado, alega-se que tiveram um contacto mais tardio com o sistema capitalista colonial, em virtude do seu isolamento no planalto, o que terá condicionado o desenvolvimento de competências financeiras. Por outro lado, sobretudo nas zonas da costa, os discursos salientam que os macondes se apresentam acomodados aos subsídios do Estado, desperdiçando pensões de antigo combatente no consumo hedonista, especialmente em bebidas alcoólicas, retirando-lhes iniciativa de investimento em actividades comerciais. Já, na zona do planalto, em

discursos maioritariamente macondes, começa-se a referir uma mudança de mentalidades e um maior investimento das populações em negócios lucrativos, frequentemente por imitação de comerciantes tanzanianos. Por outro lado, os macondes destacam o seu sucesso na produção de culturas de rendimento, nomeadamente o gergelim, e da capacidade de pensionistas da luta de libertação contratar trabalhadores assalariados:

- *“O maconde, quando tem dinheiro, quer comer bem, vestir melhor, e o negócio que ele faz não cresce”* (Mocimboa da Praia, muani, masculino)
- *“não sei, porque os nossos amigos estiveram muito próximos dos brancos no passado? Aí, não sabemos, mas vejo que nós, macondes, estamos muito atrás em negócios; os nossos amigos estão em frente, em termos de negócios”* (Muidumbe, maconde, masculino, 67 anos)
- *“Eles [macondes], desde há muito tempo, habituaram fazer negócios, cultivavam gergelim, esculpam e iam vender na vizinha Tanzânia. Por exemplo, nós, até agora, cultivamos o gergelim, e os jovens estão a fazer negócios, e os mais velhos também, e conseguimos construir casas cobertas com chapas de zinco”.* (Maconde, Muidumbe, Feminino)

Acesso a formação e emprego

Ao longo do novo milénio, e com maior incidência a partir de 2010, a província de Cabo Delgado passou a constituir um importante palco de investimento, inicialmente, nos sectores do turismo e florestal, e, posteriormente, na indústria extractiva, assistindo-se a inúmeros projectos de prospecção, nas áreas de petróleo e gás, e de pedras preciosas, entre outros minerais. As opor-

tunidades de negócio e de emprego atraíram milhares de migrantes oriundos de vários países africanos e de Maputo. Nos últimos anos, a imprensa (VoA Português, 16.01.2018) e relatórios de organizações não-governamentais (Sekelekani, 26.10.2018) constata **uma percepção de ameaça externa entre a juventude local, alegando que as oportunidades beneficiam, sobretudo, os do "Sul", ou de "Maputo", e "estrangeiros". Apesar do aumento do investimento na região, nas zonas da costa destaca-se a convicção de que pouco tem sido feito em prol da população local, maioritariamente muçulmana. Em Maio de 2018, mais de uma centena de jovens aglomeraram-se na vila sede do distrito de Palma, protestando contra o alegado bloqueio a oportunidades de trabalho nas obras de construção civil em execução, alegando que tais oportunidades eram aproveitadas por indivíduos do Sul, ainda que cerca de 53% da mão-de-obra contratada pela empresa construtora fosse constituída por nativos da região (Sekelekani, 26.10.2018: 9). Grupos de jovens envolveram-se em tentativas de paralisação da construção de infraestruturas sociais, com destaque para a construção da futura vila de reassentamento, em protesto contra alegados despedimentos e cortes ilegais nos salários, assim como discriminação salarial por não terem formação, dada a ausência de escolas e de universidades. No calor das animosidades, foram registados ataques a supervisores brancos das obras. Alguns grevistas referiam que já não queriam trabalho, nem reassentamento, mas apenas as suas terras de volta e as suas praias (Sekelekani, 26.10.2018: 8).**

Da análise dos discursos dos entrevistados, constata-se **uma forte associação das melhores oportunidades de emprego a estrangeiros ou indivíduos do Sul, vulgo *maputecos*, expressão localmente utilizada para designar, grosso modo, toda a população moçambicana oriunda do Sul do Save. Entre os grupos de Cabo Delgado, ma-**

cuas e macondes são vistos como os mais bem-sucedidos no acesso a formação e emprego, contrastando com muanis e mácués, maioritariamente considerados como excluídos do mercado de trabalho.

Nos seus discursos acerca dos estrangeiros, os entrevistados foram unânimes em salientar o seu carácter privilegiado no acesso a empregos e formação. Dos estrangeiros diz-se que ocupam os melhores empregos, mas também beneficiam dos melhores salários altamente desproporcionais em relação aos dos locais, que são, além disso, remetidos para posições subordinadas. **A proliferação de trabalhadores estrangeiros é notada em várias áreas de actividade, desde os grandes projectos, relacionados com petróleo e gás, aos pequenos negócios, relacionados com moagens e contentores de venda de produtos:**

- *"se formos a comparar, quem tem bom salário? o estrangeiro tem o melhor comparando os outros; o salário que ele recebe serve para mais de dois, três, quatro funcionários sendo macuas macondes, etc. Os estrangeiros recebem bem, mesmo a fazer o mesmo trabalho que os outros"* (Macua de Montepuez, taxista, 22 anos).
- *"podes ir à empresa perguntar, quantos trabalhadores existem?, são 20 trabalhadores, dos 20 trabalhadores, se fores a procurar saber quantos são de fora, dirão que são 15 e 5 locais. Muitos são de fora e poucos locais; a maioria são os que só recebem ordens, são indivíduos que são mandados por aqueles de fora."* (Maconde de Mocímboa da Praia, desempregado, 30 anos).

Das poucas vezes que são referidos, os maputenses (na verdade, todos os indivíduos oriundos do Sul do Save) são também considerados como privilegiados no acesso ao emprego. A concen-

tração da máquina administrativa do Estado, das sedes das multinacionais e das agências não-governamentais na capital do país é vista como uma vantagem decisiva para a população de Maputo no processo de recrutamento e selecção, tornando-a sobre-representada nos cargos de liderança das organizações em Cabo Delgado:

- *“Se uma vaga é oferecida cá, em Muidumbe, vais encontrar pessoas que vêm do Sul ou centro do país concorrer vagas cá; aquilo acontece porque os chefes são indivíduos que vêm do Sul. Eu posso te dar um exemplo: antontem fizemos um trabalho e pensámos que tínhamos um emprego, e, quando reparámos, vimos que a maioria dos documentos ali submetidos eram de pessoas que vinham do Sul; aquilo levou-nos a pensar que, aqueles dirigentes ou nós, donos da terra, não nos consideram”* (Maconde de Muidumbe, 46 anos).

Inversamente, os discursos sobre muanis e mácués realçam a sua condição de exclusão dos empregos. Trata-se de uma representação largamente partilhada por todos os grupos, mas que foi mais incisiva nas auto-representações destes grupos etnolinguísticos. Particularmente no distrito de Mocímboa da Praia, o acesso ao emprego é estruturador de uma notória tensão entre muanis e macondes:

- *“se fores no município, encontras macuas em maior número; se formos as Águas ou Electricidade de Moçambique, se existe um muani deve ser um servente”* (Muani de Mocímboa da Praia, masculino).
- *“O mwani sempre tem de ser um empregado e o maconde chefe”* (Muani de Mocímboa da Praia).

A exclusão profissional de muanis e mácués do

mercado de emprego é explicada por quatro fenómenos: Em primeiro lugar, pela longa tradição de investimento no ensino religioso em prejuízo do ensino oficial, traduzindo-se num défice de qualificações que compromete a empregabilidade. Entre os mácués, destaca-se a frequência dos casamentos prematuros, responsáveis pelo abandono precoce da escola. Em segundo lugar, e relacionado com o anterior, a tradição pesqueira muani, assim como a sua orientação para o pequeno comércio, actividades associadas ao rápido retorno económico, desincentivam o investimento no ensino ou no trabalho por conta de outrem. Este sentimento de independência profissional fundamenta aquilo que se designou de irreverência muani, que os leva a recusar um emprego que implique subordinação a um empregador. Sobretudo da parte de macondes, os muanis são, frequentemente, representados como conflituosos e pouco confiáveis. Finalmente, são apresentadas justificações políticas, alegando-se que os empregos no sector do Estado estão condicionados a lealdades partidárias. Fortemente conotados com a oposição, muitos muanis sentem-se excluídos do acesso ao emprego:

- *“Isto, desde o período colonial, existia, os mwanis e os mácués; para eles, trabalhar, não era a melhor escolha; acordavam de manhã iam para o mar pescar, para que, quando regressar com 4 peixes, lhe concheguem; é o tipo de trabalho que tinham visto como melhor; agora, de estar a trabalhar durante 30 dias, sentiam muita demora, é isso. E, outra coisa que fez com que os muanis e mácués estivessem atrás, é porque eles colocavam nas cabeças deles a escola como haramo; se fores à escola, irás comer carne de porco”* (Maconde de Mocímboa da Praia, masculino).
- *“em nós há um problema, não aceitamos ser mandados; saímos aqui para uma loja,*

pedir emprego, não queremos” (Muani de Mocimboa da Praia, feminino).

- *“Os mais pobres... costumamos a ver este grupo que tem ódio de nós macondes; são vistos como os mais pobres porque perdem conhecimentos; então, eles seguem coisas de malandrice”* (Maconde de Muidumbe, masculino, 75 anos)
- *“Existem muanis que trabalham no governo, mas só conseguem emprego quando te associas ao partido. Por exemplo, existe um professor, chamado Chembone, ele entrou na Frelimo; existe também Sama, entrou na Frelimo, mas são muanis”* (Muani de Mocimboa da Praia, masculino, 65 anos).

Acesso a apoios do Estado

Por acesso a apoios do Estado entende-se o benefício de fundos públicos relacionados com pensões (como, por exemplo, de antigo combatente), subsídios, informação extensionista, empréstimos a fundo perdido ou habitação.

De acordo com os discursos dos entrevistados, a desigualdade de acesso a estes recursos públicos constitui um assunto extremamente sensível. Para as vozes em análise, a distribuição destes recursos não beneficia os diferentes grupos por igual, destacando-se, neste aspecto, dois grupos populacionais: os estrangeiros e a população maconde. Trata-se de uma posição praticamente consensual entre todos os entrevistados, independentemente do grupo de origem, inclusive entre os próprios macondes.

A situação de privilégio dos cidadãos estrangeiros é justificada pelo alegado apoio público que obtêm na implementação dos respectivos negó-

cios ou na exploração dos recursos naturais em Moçambique.

A população maconde é fortemente associada à obtenção de benefícios do Estado. O forte envolvimento deste grupo na luta de libertação nacional, como militares e como civis no apoio aos guerrilheiros, traduziu-se na clara sobre-representação de populações macondes entre os beneficiários de subsídio de antigo combatente. Entre os macondes, tende-se a destacar, com naturalidade, o mérito desse apoio, justificando-o pela participação alargada deste grupo na luta de libertação nacional, sofrendo ferimentos de guerra, em sacrifício da juventude e do percurso escolar. Ainda que com menos frequência, justifica-se essa atribuição de subsídios a indivíduos macondes pela respectiva capacidade de gestão financeira:

- *“O governo sentou e pensou e disse: essa gente fizeram bom trabalho, se deixássemos os colonos, até agora não haveria desenvolvimento. Já que lutámos com eles, então, o governo disse: vamos ajudar essa agente, porque fizemo-los ficar atrasados, não conseguiram estudar (...) daí que pensaram ajudar-nos com as pensões”* (Maconde de Muidumbe, feminino).
- *“Os que recebem mais apoio do governo] são os macondes: porque eles trabalharam muito no tempo de guerra colonial. Os deficientes são dados ajuda pelo defeito que possuem”* (Maconde de Muidumbe, feminino, camponês, 40 anos).

Já entre muanis e macuas, os discursos enfatizam a desproporcionalidade e exagerada concentração dos apoios públicos (atribuição de pensões, subsídios, tractores, terrenos, bolsas de estudo ou vagas em estabelecimentos de ensino) a macondes em prejuízo das restantes populações.

As vozes mais críticas salientam o alegado carácter prepotente e abusivo de apoderamento de recursos em Cabo Delgado, fomentador de uma cultura dependentista entre macondes, que não os orienta para o trabalho, mas para a exibição consumista. Frequentemente, os discursos referem a politização deste processo, resultante da estreita relação deste grupo etnolinguístico com a Frelimo, com a qual se confunde e, por inerência, com o Governo de Moçambique. Os relatos revelam que este processo não deixa de estar envolto em fenómenos de oportunismo e de práticas de pagamento de subornos:

- *“Eles acham que é tudo deles, porque o partido é deles. O partido Frelimo é que está no poder, já que está no poder e são eles que mantêm a Frelimo, desde que a Frelimo existiu. Nunca foi nomeado um secretário muani aqui em Mocímboa. Fazem isso para ninguém entre e, já que sabem que o partido é que tem poder para pressionar o governo, (...) eles nunca vão entregar o seu partido para alguém. Um dia vocês vão chegar aqui e encontrarão todos os muanis mortos”* (Muani de Mocímboa da Praia, 29 anos).
- *“são os macondes que têm apoios de subsídios que usam para comprar carros fora do país, que usam para estudar, nas universidades aqui em Cabo Delgado, são aceites filhos de macondes dos antigos combatentes”* (Macua de Montepuez, masculino, 12ª classe, empregado doméstico, 33 anos).
- *“Agora, começar a contar aldeias, aqui em Cabo Delgado, a casa coberta de chapa de zinco é de maconde, macua sempre a casa dele é pau e capim, mas maconde constrói com capim, a cobertura é de chapa de zinco; isso quer dizer que que recebe pensão ”* (Macua de Mocímboa da Praia, masculino, 58 anos).

Nos distritos do Norte de Cabo Delgado, o processo de atribuição de pensão de antigo combatente (da libertação nacional ou da defesa da soberania e democracia) é submetido e tramitado através a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLIN). Nascida no seio da Frelimo, a ACLIN mantém com o partido uma relação umbilical, com capacidade de influência nas decisões do partido e envolvendo-se activamente nas campanhas eleitorais. Pelo seu papel activo durante a luta de libertação, os membros mais proeminentes da ACLIN são, invariavelmente, macondes. Neste contexto, nos distritos do Norte de Cabo Delgado, a ACLIN é confundida com o partido Frelimo, e com os próprios macondes, contribuindo para a politização e etnicização do acesso às pensões de antigo combatente.

Inversamente, macuas e muanis constituem os grupos mais conotados com a exclusão de benefícios públicos. Trata-se de discursos veiculados, sobretudo, pelos próprios, deixando transparecer fortes sentimentos de exclusão social. Estes discursos assumem, essencialmente, duas dimensões. Por um lado, afirmam a sua participação na luta anticolonial, não reconhecida pelo Estado. Os discursos alegam uma tendência de reinterpretação da história com base nos interesses de grupos dominantes macondes e em respectivo benefício. Nesta perspectiva, os macondes tendem a atribuir a si o monopólio da resistência anticolonial, que capitalizam para obtenção de subsídios públicos:

- *“Dizer que eles libertaram, nós não negamos; mas não libertaram sozinhos. Não libertaram sozinhos”* (Muani de Mocímboa da Praia, masculino, camponês).
- *“Nos gabinetes, como quem fica, são eles; então, o dinheiro dá os seus familiares, aquela é minha etnia e os macuas continuam*

sempre pobres” (Macua de Mocímboa da Praia, feminino, 57 anos).

Em segundo lugar, e particularmente no distrito de Mocímboa da Praia – distrito onde a Renamo detém forte popularidade e onde as eleições tendem a ser mais concorridas –, a exclusão de acesso ao subsídio de antigo combatente é justificada por aspectos políticos. Os discursos alegam que a exclusão deriva do facto de os subsídios serem atribuídos em função de critérios de confiança partidária. Tendencialmente associados à Renamo, muitos muanis consideram-se, por isso, excluídos de fundos públicos. As vozes enfatizam um sentimento de abandono pelo Estado, alegadamente capturado por macondes e pelo partido Frelimo. Estruturados de uma forma dicotómica e simplista, alguns discursos imaginam a existência de um complô constituído por macondes para dominar muanis:

- *“para oferecer alguma coisa não existe, nas pensões dos combatentes ninguém irá nos inscrever, porque nós, para ter acesso as pensões dos combatentes, um problema sério. Basta tu seres muani, te exigem cartão*

do partido e, é por isso, que eu disse que nós trabalhamos e, se não trabalharmos, o governo não vai nos apoiar. Não temos alguém para nos defender, já que não temos alguém no governo” (Muani de Mocímboa da Praia).

- *“Existem [os] que conseguem alguma coisa, mas nos apertam, porque, no governo da Frelimo, filho de muani não dão espaço, não lhe dão espaço para que faça algo que lhe sirva no futuro”* (Muani de Mocímboa da Praia, masculino, 65 anos).
- *“Eu mesmo, estou a tratar documentos para receber pensão de combatente, mas não me deixam submeter porque sou da Renamo”* (Muani de Mocímboa da Praia, masculino, camponês).
- *“Nós não recebemos pensões, porque somos do partido Renamo, não recebemos; eu nasci cá, sou filha daqui, em Mocímboa, mas não recebo”* (Muani de Mocímboa da Praia, feminino).

UMA BASE SOCIAL DE APOIO?

A literatura existente (*Habibe et al.*, 2019) e as entrevistas realizadas a moradores de Mocímboa da Praia permitem constatar que, entre a base social de recrutamento para o grupo dos *Al-Shabab* (como é localmente conhecido) destacava-se uma forte presença de jovens locais muanis, oriundos de Mocímboa da Praia ou de distritos vizinhos. Como mostra o mapa dos ataques na província de Cabo Delgado, compilado pela Zitamar News, durante o primeiro ano do conflito, os ataques concentraram-se, sobretudo, em zonas da costa dos distritos de Mocímboa da Praia, de Palma (Olumbe) e de Macomia (Mucojo e Quiterajo), áreas predominantemente islâmicas e muani. Durante este período, o grupo demonstrou dificuldades de realização de ataques no planalto da província (maioritariamente cristão e maconde). A partir de finais de 2018, o grupo revela maior capacidade de actuação em zonas do interior, particularmente em Pundanhar (posto administrativo de Palma), e no distrito de Nangade.

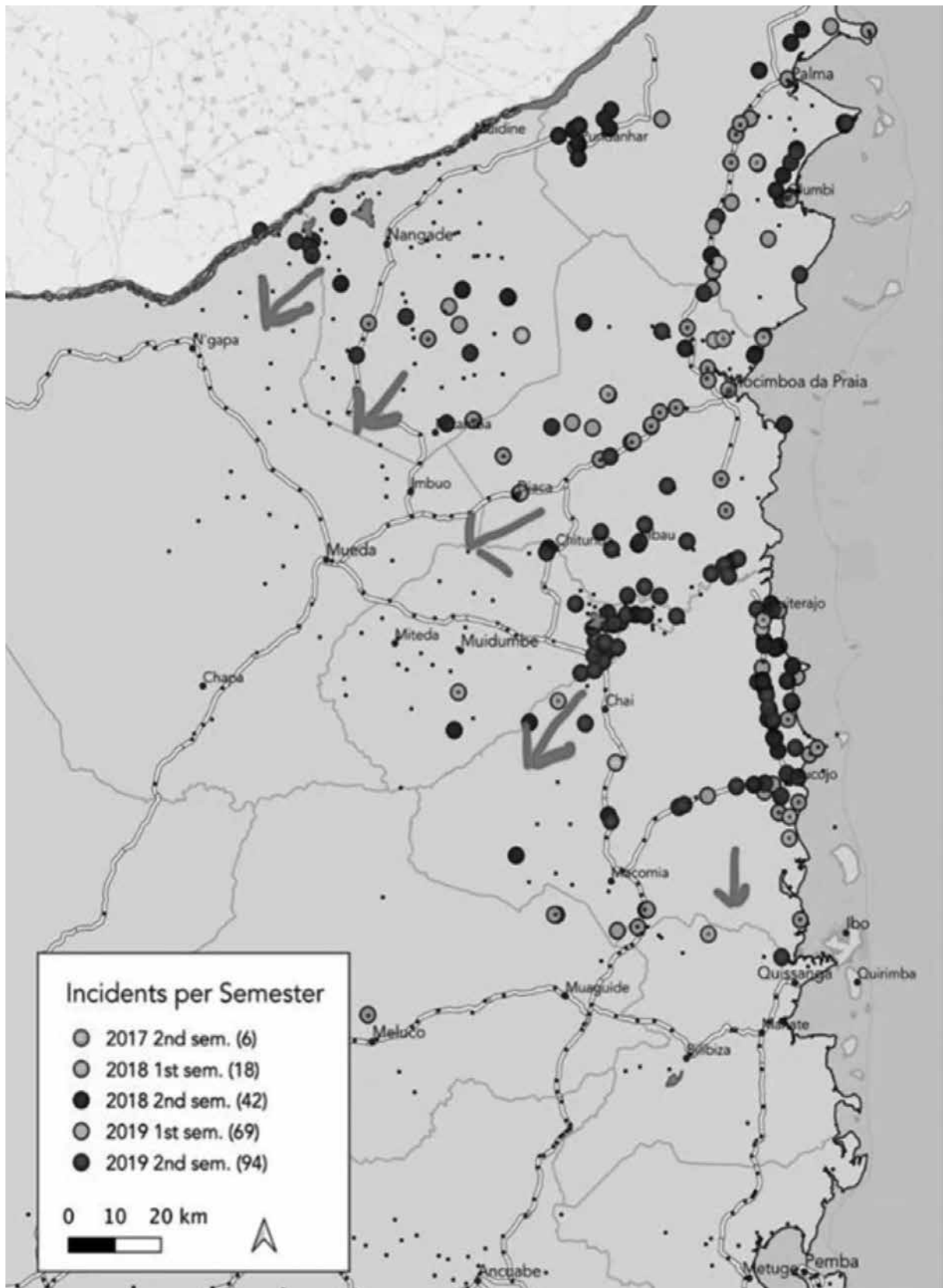
Ao longo do primeiro semestre de 2020, assistiu-se a uma intensificação dos ataques dos insurgentes, ocupando durante vários dias sedes distritais, como Mocímboa da Praia, Muidumbe, Quissanga e Macomia.

Inicialmente, o grupo de insurgentes era maioritariamente composto por indivíduos tanzanianos e moçambicanos da costa, mas, mais recentemente, foram também identificados indivíduos macondes entre as respectivas fileiras. Relatos de indivíduos, que estiveram retidos em campos de insurgentes armados ou testemunhas oculares de ataques em Mocímboa da Praia e Muidumbe referem a existência de insurgentes armados falando entre si em maconde. No distrito de Mui

dumbe existem relatos de adesão de jovens locais cristãos a movimentos violentos.

Se as zonas de maioria islâmica e com maior presença muani começaram por constituir as zonas iniciais de intervenção, onde continuam a gozar de uma base social de apoio, com a diversificação dos membros deste grupo, assistiu-se a um alargamento das zonas de intervenção na província. Diversos relatos revelam que, nos ataques a Mocímboa da Praia e Muidumbe, os insurgentes não foram particularmente violentos com as populações, distribuindo dinheiro e bens pelas mesmas. Numa clara tentativa de capitalização do respectivo descontentamento e alargamento de uma base social de apoio, estes homens canalizavam os seus discursos contra um Estado capturado, corrupto e não distribuidor. Em vídeos colocados a circular e em mensagens partilhadas pelos insurgentes, alguns discursos direccionavam-se contra o Governo da Frelimo e contra o seu presidente maconde, constituindo os símbolos do Estado (administração do distrito, direcções distritais, esquadras da polícia, assim como veículos), os principais alvos da destruição.

Mapa 1: Incidentes militares em Cabo Delgado de Outubro de 2017 a Novembro de 2019



CONCLUSÃO

Apesar de ser conhecida pela convivência histórica de diversos grupos etnolinguísticos, a província de Cabo Delgado é também caracterizada pela existência de tensões de longa duração entre populações. Os discursos das populações destacam a existência de desigualdades no acesso a recursos de poder, sendo essas diferenças frequentemente interpretadas por referência a pressupostos étnicos, ainda que com variações geográficas.

No extremo Norte da província, nas áreas de implementação da indústria de gás, a tensão concentra-se, não só no acesso a empregos e rendimentos, mas também no acesso a benefícios e indemnizações resultantes dos grandes projectos. No primeiro caso, os discursos revelam sentimentos de discriminação e de desvantagem para com cidadãos estrangeiros ou oriundos do Sul do país (vulgo maputecos), considerados como privilegiados no acesso aos melhores postos de trabalho em detrimento das populações da província. No segundo caso, e residente nas zonas de exploração do gás, a população mácué tende a ser representada como a grande beneficiária dos processos de reassentamento e de obtenção de compensações, particularmente os respectivos líderes comunitários, que se afirmam como gatekeepers entre o exterior e a população local. Neste caso particular, os discursos de auto-exclusão são maioritariamente proferidos por macondes, por comparação com o grupo mácué, entendido como “originário” do distrito, com acesso aos maiores terrenos e possibilidade de os colocar no mercado.

No distrito de Mocímboa da Praia, e em algumas zonas de Macomia e de Palma, particularmente em locais de coexistência entre macondes, muanis

e macuas, os discursos tendem a enfatizar o privilégio dos primeiros no acesso a subsídios do Estado. Os discursos de muanis, mas também de macuas, tendem a enfatizar o carácter politizado da atribuição de pensões e subsídios do Estado, sobreconcentrados entre elementos macondes, localmente confundidos com o partido Frelimo. As desigualdades económicas confundem-se, nos discursos, não só com diferenças políticas, mas também com diferenças religiosas, opondo, de um lado, um grupo de macondes (cristãos e membros da Frelimo) e, do outro, populações muanis e macuas da costa, maioritariamente islâmicos e tendencialmente da oposição.

Para além de enfatizarem as desigualdades entre macuas e macondes (particularmente no acesso a subsídios do Estado), em *Montepuez*, um distrito fortemente marcado pelas dinâmicas da mineração artesanal, os discursos tendem a salientar as desigualdades entre moçambicanos e estrangeiros (africanos e de outros continentes), no processo de controlo da exploração de rubis.

Apesar de o planalto maconde se destacar ligeiramente do resto da província em alguns indicadores de bem-estar (como cobertura do telhado com chapa de zinco ou acesso a telemóvel), os dados do censo de 2017 não mostram a existência de um grupo etnolinguístico que se destaque claramente dos restantes pelas suas condições socioeconómicas. A exceção surge no acesso a recursos públicos (particularmente pensões de antigo combatente), largamente concentradas nas áreas de maior população maconde. Por outro lado, um grupo relativamente restrito de famílias macondes, mas sociavelmente visível, demonstra uma grande capacidade de influência política (quer a nível central, quer a nível provin-

cial) nos mais variados aspectos da realidade de Cabo Delgado, detendo um forte poder de influência até ao nível da localidade, obtendo por isso melhor facilidade no acesso a recursos naturais (particularmente madeira ou pedras preciosas, entre outros).

Nesta situação, tendem a emergir discursos, segundo os quais, o acesso aos recursos públicos estão étnica e politicamente condicionados, favorecendo grupos macondes, maioritariamente cristãos e simpatizantes do partido Frelimo. Este fenómeno tende a ser gerador de sentimentos de inveja, de repulsa e de vitimização por parte de indivíduos oriundos de outros grupos linguísticos, sobretudo muanis, mas também macuas.

A chegada ao poder do presidente Filipe Nyusi coincidiu como uma nova postura governamental, mais incisiva na fiscalização e controlo dos recursos naturais, nomeadamente através da repressão de mineiros ilegais em Montepuez, da Operação Tronco ou da queima de marfim, em prejuízo de extensas redes locais, que operavam à margem da legalidade. A acção brutal de forças do Estado na protecção de interesses económicos privados participados por proeminentes indivíduos macondes (nomeadamente a Montepuez Ruby Mining) foi localmente entendida, em diversos círculos, como uma oportunidade deste grupo etnolinguístico para se apropriar dos recursos do Estado para benefício próprio, em prejuízo dos restantes grupos na província.

Se os esforços de construção de uma moçambicanidade assentaram na ideia de resistência nacional e multissecular à exploração colonial, a realidade é que a desintegração económica do território (observável através da maior proximidade socioeconómica com a Tanzânia) e a desigualdade de acesso a recursos do Estado entre grupos etnolinguísticos contradizem um discurso inclusivo de resistência nacional anticolonial,

agravando tensões sociais. Esta situação faz ressurgir tensões históricas entre populações do litoral e do interior, frequentemente confundidas como muanis e macondes, mas também como islâmicos e cristãos, e, por vezes, como Frelimo e Renamo. As desigualdades de acesso a recursos públicos constituem um obstáculo à construção da unidade nacional.

Por outro lado, a corrupção e o nepotismo que se desenvolvem em torno do Estado, a consequente fragilidade dos serviços públicos, o sentimento de fragilidade democrática e de ausência de liberdade de expressão, ou as dificuldades de acesso à justiça, aumentam o sentimento de marginalização de grupos da costa, tornando-os, comparativamente, mais vulneráveis a aderir a movimentos com discursos fortemente identitários, populistas e messiânicos. A realidade é que foi precisamente entre populações islâmicas da costa, em áreas de ressentimentos históricos, que movimentos radicais islâmicos encontraram as suas bases de recrutamento para fins violentos e radicais.

Importa referir que a manipulação dessas contradições locais para fins políticos, em função dos interesses de grupos em confronto, não constitui uma prática recente. O Estado colonial explorou habilmente as contradições históricas entre populações da costa e do planalto, tendo a questão religiosa alimentado contradições no próprio seio da Frelimo. No pós-independência, a Renamo explorou habilmente o descontentamento dos muçulmanos da costa em relação à postura profundamente laica da Frelimo, sendo que, ainda durante o governo de Samora Machel, o Conselho Islâmico de Moçambique não deixou de realizar uma aproximação estratégica à Frelimo. Após o Acordo Geral de Paz, os diferentes partidos políticos mantiveram-se conscientes da importância de uma aliança com o Islão, como aliás com

outras congregações religiosas. As tentativas de cooptação destes movimentos religiosos nunca assumiram um sentido unidireccional, tendo as várias congregações investido em alianças estratégicas com o poder (Macagno, 2006: 227; Morier-Genoud (2010).

Não obstante a presença de tensões e conflitualidades étnicas, importa evitar qualquer compreensão simplista da conflitualidade em Cabo Delgado assente na existência de um pólo de contradição etno-religioso: entre muanis e macondes ou entre islâmicos e cristãos. Se é verdade que foi entre a população muani da costa que se encontrou uma importante base social de recrutamento, importa atender a outros aspectos que tornam aquela situação particularmente complexa:

Em primeiro lugar, longe de ter constituído um fenómeno de agressão a indivíduos de outros grupos etno-religiosos, os jovens insurgentes revoltam-se no seio de grupos islâmicos, portanto no âmbito de cisões e disputas internas de poder dentro do Islão.

Em segundo lugar, os relatos no terreno revelam a existência de um crescente número de jovens macondes entre as fileiras dos grupos rebeldes.

Em terceiro lugar, o próprio grupo maconde é historicamente bastante fragmentado. Se é verdade que milhares de famílias macondes têm acesso privilegiado a uma série de fundos do Estado, os dados existentes mostram que esse grupo constitui uma minoria, existindo milhares macondes excluídos desse acesso. Em Muidumbé, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 2019, constatou-se um maior envolvimento de jovens em caravanas de partidos da oposição, cenário que seria impensável há uns 10 anos atrás. Estes elementos ilustram a exis-

tência de uma forte hierarquização social no seio deste grupo etnolinguístico.

Neste cenário, é preciso aprofundar o entendimento das tensões socio-económicas existentes no Norte do país, não só no nordeste de Cabo Delgado, mas também em áreas socio-economicamente similares, marcadas por um longo historial de desintegração e de sentimentos de discriminação socio-económica, nomeadamente na faixa litoral Norte, até ao norte da Zambézia, assim como diversas zonas de Niassa.

Uma atenção especial deve ser prestada à situação social de uma juventude em *waithood*. Nos locais de grande investimento em recursos naturais e de criação de grandes expectativas sociais, a existência de massas de jovens mais escolarizados, mas sem integração socioeconómica, ainda por cima, numa sociedade de consumo emergente, torna-as particularmente vulneráveis a actividades ilícitas ou violentas, ou capturáveis por discursos populistas radicais.

A longo prazo, uma solução meramente militar contra a insurgência não resolverá problemas de desintegração e desigualdades socioeconómicas no Norte do país. Responder às expectativas de emprego, de serviços públicos de qualidade e de melhorias reais na vida da população jovem fazem parte do leque de intervenções sustentáveis de anti-insurgência, que incluem, ainda, a revisão de narrativas da resistência anticolonial e da inclusão política dos diferentes grupos etnolinguísticos.

BIBLIOGRAFIA

1. ADAM, Yussuf (1993) "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento" in *Arquivo*, 14, pp. 4-102
2. ALPERS, Edward (1999) "Islam in the Service of Colonialism? Portuguese Strategy during the Armed Liberation Struggle in Mozambique" in *Lusotopie*, 6, pp. 163-184.
3. Bonate, Liazzat (2002) *Traditions and Transitions Islam and Chiefship in Northern Mozambique ca. 1850-1974* Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy in the Department of Historical Studies University of Cape Town. Cape Town: University of Cape Town.
4. BONATE, Liazzat (2007) "Roots of Diversity in Mozambican Islam" in *Lusotopie*, 14 (1), pp. 129-149.
5. BONATE, Liazzat (2013) "Muslims and the Liberation Struggle in Northern Mozambique" In H. Sapire and C. Saunders (Eds *The Struggle for Southern Africa: New Local and Global Perspectives.*) Cape Town: UCT Press, pp. 58-75;
6. BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction, critique sociale du jugement*, Paris, Les éditions de Minuit.
7. CAHEN, Michel (2000) "L'État Nouveau et la diversification religieuse au Mozambique, 1930- 1974. II. La portugualisation désespérée (1959-1974)" in *Cahiers d'études africaines*, 159, pp. 551- 592.
8. CAPELA, José e MEDEIROS, Eduardo (1987) *O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico 1720-1902*. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane
9. CASIMIRO, Isabel (2008) *Cruzando lugares, percorrendo tempos – mudanças recentes nas relações de género em Angoche*. Tese de Doutoramento em Sociologia na Especialidade de Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
10. DIAS, Jorge (1964) *Os Macondes de Moçambique I – aspectos históricos e económicos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
11. GARCIA, Francisco (coord) (2005) *Atlas da Lusofonia - Moçambique*. Lisboa: Editora Prefácio.
12. HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; e PEREIRA, João (2019) "Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique - o Caso de Mocímboa da Praia" in *Cadernos IESE*, 17, pp. 1-62.
13. HEDGES, David (Coord) (1999), *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.

14. ISAACMAN, Allen (1992) "Peasants, Work and the Labor Process: Forced Cotton Cultivation in Colonial Mozambique 1938–1961" in *Journal of Social History*, 25 (4), pp. 815–855.
15. ISRAEL, Paolo (2006) "Kummwangalela Guebuza – the Mozambican General Elections of 2004 in Muidumbe and the Roots of the Loyalty of Makonde People to Frelimo" in *Lusotopie*, 13 (2), pp. 103-125.
16. JODELET, Denise (1989), "Représentations Sociales : un domaine en expansion" in Denise Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 31-61.
17. LIESEGANG, Gerhard (1999) "O quadro histórico da região antes de chegada dos portugueses" in Matteo Angios e Mario Zamponi (Org.) *Ilha de Moçambique – convergência de povos e culturas*. Pp. 36-43.
18. MACAGNO, Lorenzo (2006) *Os Outros Muçulmanos – Islão e Narrativas Coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
19. MORIER-GENOUD, Eric (2000) "The 1996 'Muslim Holidays' Affair: Religious Competition and State mediation in Contemporary Mozambique" in *Journal of Southern African Studies*, 26 (3), pp. 409-427.
20. MOSCOVICI, Serge (1996), "Préface" in HERZLICH, Claudine (1996), *Santé et maladie: analyse d'une représentation sociale*, Paris: Éditions de L'école des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 7-12.
21. OSÓRIO, Conceição (2006) "Sociedade matrilinear em Nampula: estamos a falar do passado?" in *Outras Vozes*, 16.
22. ROCHA, Aurélio (1999) "Os afro-Islamizados da costa de Moçambique – a terra e os homens" in Matteo Angios e Mario Zamponi (Org.) *Ilha de Moçambique – convergência de povos e culturas*. Pp. 26-35.
23. SANTOS, Ana (2010) *History, memory and violence: changing patterns of group relationship in Mocímboa da Praia, Mozambique*. Thesis presented for the degree of Doctor of Philosophy in Social Anthropology. Oxford. University of Oxford.
24. SEKELEKANI (26.10.2018) "Alta tensão laboral agita Palma" in Suplemento do Semanário Savana, pp. 8-12
25. THOMAZ, Omar (2008) "'Escravos sem dono' – a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista" in *Revista de Antropologia*, 51 (1), pp. 177-214
26. VALA, Jorge (1993), "Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano" in VALA, J. e MONTEIRO, M. B. (Orgs), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 457-502.
27. WEST, Harry (2004) "Villains, Victims, or Makonde in the Making? Reading the Explorer Henry O'Neill and Listening to the Headman Lishehe" in *Ethnohistory*, 51 (1), pp. 1-43
28. MBANZE, Fernando (20.11.2006) "Renamo processa Estado" in *Mediafax*.

Séries FES sobre Paz e Segurança em África No. 39

Sobre a série Paz e Segurança em África da FES

A falta de segurança é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento e democracia em África. A existência de conflitos violentos prolongados, bem como uma falta de prestação de contas do setor da segurança em vários países põem em causa a cooperação no domínio da política de segurança. A emergência da Arquitetura Africana para a Paz e Segurança fornece o quadro institucional para promover a paz e a segurança. Enquanto fundação política engajada para os valores da democracia

social, Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) visa reforçar a relação entre a democracia e a política de segurança. FES facilita, portanto, o diálogo político sobre as ameaças de segurança e as suas respostas nacionais, regionais e continentais. As séries FES sobre paz e segurança em África visam contribuir para este diálogo ao tornar largamente acessível uma análise pertinente. A série é publicada pela Rede FES sobre a Política de Segurança em África.

Sobre este Estudo

Desde finais de 2017, a província de Cabo Delgado, no extremo Norte de Moçambique, transformou-se num palco de violentos conflitos armados. Se nos primeiros meses o conflito se traduziu em ações isoladas de insurgentes e esteve confinado às zonas da costa, a partir de 2020 assistiu-se a uma alarmante intensificação da violência, à ocupação de quatro sedes distritais e ao alastramento dos ataques para o Sul e interior da província. Na tentativa de explicação da insurgência emergiram diversas hipóteses. Uns focando em factores internos, nomeadamente tensões socioeconómicas e, outros, em aspectos externos, como o relacionamento com células terroristas da África Oriental ou com o controlo geopolítico do Canal de Mo-

çambique, enquanto importante corredor energético e de tráfico de droga.

Nesta contribuição para a Security Series, João Feijó enfatiza a importância das assimetrias socioeconómicas para explicar as tensões militares em Cabo Delgado. O autor argumenta, que a desigualdade do acesso a empregos, a rendimentos, a benefícios e indemnizações contradiz um discurso de integração económica e de unidade nacional. A recente reconfiguração de relações de poder entre grupos etnolinguísticos e a maior afirmação do Estado no controlo de recursos naturais reforça divisões históricas e a alienação duma juventude em waitthood. Uma mudança do rumo decidirá sobre o sucesso da luta contra a insurgência.

